

PARECER JURÍDICO

PROCESSO SCDOC Nº 4186/2018

INTERESSADO: Diretoria Executiva da CEGÁS

EMENTA: *Direito Privado – Societário – Análise da Política de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da Companhia de Gás do Ceará. Fundamentos: Constituição Federal/88, Lei Federal nº 6.404/1976, e Estatuto Social da CEGÁS. Competência do Conselho de Administração.*

DOS FATOS

Trata-se de solicitação da Diretoria Executiva desta Companhia para análise e emissão de Parecer Jurídico acerca da Política de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS.

Para a instrução do processo, consta nos autos a seguinte documentação:

- I. À fl. 02, Justificativa exarada pela Assessora da Diretoria/PR, expondo a necessidade da alteração no programa:
“Considerando a necessidade de novas modificações nos programas de Participação nos Lucros e Resultados dos Empregados e de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da CEGÁS, faz-se necessária uma nova alteração nas Políticas.”
- II. Às fls. 03/05, Minuta da Política de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS;
- III. Às fls. 06/08, Política de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

vigente, aprovada pelo Conselho de Administração da CEGÁS, em 10/04/2012.

Foram os fatos.

Passamos a análise.

DO DIREITO

A Política de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS prevê as diretrizes, regras e procedimentos que deverão reger e disciplinar o pagamento de Bônus aos Diretores da CEGÁS, tendo como referência o Lucro Líquido anual obtido em cada exercício, como retribuição à contribuição dos diretores nos lucros da Companhia.

Inicialmente, faz-se necessário mencionar que os dirigentes de sociedade de economia mista são investidos em seus cargos ou funções na forma que a lei ou o seu estatuto estabelecer, mas a destituição da Diretoria ou do Conselho pode ser feita a qualquer tempo.

O pessoal da sociedade de economia mista - dirigentes e empregados - regem-se sempre pelas normas trabalhistas e leis previdenciárias e acidentárias comuns, conforme disposto na Constituição Federal, artigo 173, § 1º, *in verbis*:

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

(...)

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;

Os diretores, a exemplo dos empregados, também podem perceber bônus, a título de participação nos lucros e resultados (PLR), tendo como regime a ser observado aquele constante da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976), e não o previsto na Lei nº 10.101/00, que trata de PLR dos empregados.

Nesse sentido, o disposto na Lei nº 13.303/2016, abaixo:

Art. 16. Sem prejuízo do disposto nesta Lei, **o administrador de empresa pública e de sociedade de economia mista é submetido às normas previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.**

Parágrafo único. **Consideram-se administradores** da empresa pública e da sociedade de economia mista os membros do Conselho de Administração e da diretoria.

Por sua vez, essa forma de bônus encontra amparo legal na Lei nº 6.404/1976, desde que atendidos os requisitos constantes dos dispositivos abaixo transcritos:

Art. 152. **A assembléia-geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores,** inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

§ 1º O estatuto da companhia que fixar o dividendo obrigatório em 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do lucro líquido, **pode atribuir aos administradores participação no lucro da companhia, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos administradores nem 0,1(um décimo) dos lucros (artigo 190), prevalecendo o limite que for menor.**

§ 2º **Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório,** de que trata o artigo 202.

Assim, o legislador, previu a possibilidade de pagamento de bônus, a título de participação nos lucros, aos administradores das Companhias que, em razão do disposto no estatuto, **paguem dividendos obrigatórios de 25% do lucro**

líquido (ou mais) a seus acionistas, e desde que este não ultrapasse a remuneração anual dos administradores, e nem 10% dos lucros, prevalecendo o limite menor.

Por fim, no âmbito dos normativos internos que regem a CEGÁS, há previsão estatutária de que é assegurado aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da lei em cada exercício, *in verbis*:

Art. 36. É assegurado aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da lei em cada exercício.

CONCLUSÃO

Isto Posto, considerando os normativos pátrios e internos da Companhia, opina esta Assessoria Jurídica pela aprovação da Política de Bônus de Desempenho a Título de Participação nos Lucros dos Diretores da Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS, após deliberação do Conselho de Administração, com fundamento no art. 15, inciso XXIII, do Estatuto Social da CEGÁS.

É o parecer, S.M.J.

Fortaleza, 4 de dezembro de 2018.



SUYANNE PEDROSA
ASJUR - CEGÁS

De acordo:



GEOVANA FRÓES
ASSESSORA JURÍDICA